

O RURAL COMO PONTO DE VISTA

ASPECTOS DA SOCIOLOGIA DE MARIA ISAURA PEREIRA DE
QUEIROZ *

LUCAS CORREIA CARVALHO

RESUMO *O artigo discute de que forma a sociologia rural da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz funda-se numa dupla articulação entre análises sócio-históricas e considerações teórico-metodológicas acerca desse ramo disciplinar da Sociologia. Para tanto, argumenta-se que, segundo Queiroz, a avaliação das possibilidades heurísticas da sociologia rural, em particular no Brasil, deve estar atrelada à própria investigação da sociedade e ao reconhecimento da perspectiva que lhe é particular. Resposta contumaz às posições que veem na urbanização da sociedade o fim da sociologia rural.*

PALAVRAS-CHAVE *Sociologia rural; Maria Isaura Pereira de Queiroz; pensamento social no Brasil; teoria sociológica.*

ABSTRACT *The article discusses how the Rural Sociology of the sociologist Maria Isaura Pereira de Queiroz is grounded on an articulation between socio-historical analyses and theoretical-methodological considerations about this branch of Sociology. Therefore, it is argued that according to Queiroz experimental evaluation of the possibilities of rural sociology, particularly in Brazil, must be linked to the research of society, recognizing the particular perspective of this study. An obstinate answer for those who see in the urbanization of society the end of the rural sociology.*

KEY WORDS *Rural sociology; Maria Isaura Pereira de Queiroz; social theory in Brazil; sociological theory.*

*Este artigo é uma versão modificada de no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, apresentado em Curitiba, em 2011. Nessa ocasião, e em outras, pude contar com os comentários sempre generosos da professora Elide Rugai Bastos, a quem agradeço publicamente aqui. Agradecimento que se estende também ao professor André Botelho, orientador de minha dissertação de mestrado que deu origem a este trabalho.

APRESENTAÇÃO

Por tantas vezes foi dito que a ampla e diversificada obra da socióloga paulista Maria Isaura Pereira de Queiroz, cujos temas vão desde o folclore, cangaço, movimentos messiânicos até a investigação da “cultura brasileira”, não é de fácil tratamento aos analistas que sobre ela decidem se debruçar (KOSMINSKY, 1999; LIMA, 1999; VILLAS BÔAS, 2009). Constatação que se torna mais intrigante quando se observa que a maioria desses temas, com distintas questões norteadoras, dedica-se a sociedade e cultura “rústicas”, categoria cunhada por Antonio Candido e tomada pela autora para designar as populações rurais do interior do Brasil. Salta à vista, portanto, não somente a dedicação, mas as diversas formas pelas quais Queiroz dissecou o seu objeto de estudo *par excellence*. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo em 1949, suas passagens como assistente da cadeira de Sociologia I entre 1951 e 1958, (parte desse período sob a coordenação de Florestan Fernandes), e da cadeira de Sociologia II, com a qual tem sido mais identificada, entre 1958 e 1960, [coordenada por Fernando de Azevedo] (PULICI, 2008), já são indícios de uma formação não facilmente apreensível pelos cânones institucionais. Além disso, seus estudos na França – entre os anos de 1951 e 1956 – e os estreitos laços com Roger Bastide contribuíram ainda mais para o estilo sociológico peculiar de Queiroz.

Diante de tão variada e complexa obra sociológica, dedico-me, neste estudo, particularmente ao que poderíamos chamar de a “sociologia rural” de Queiroz, que inclui tanto suas pesquisas empíricas e seus esforços de síntese interpretativa expressos na categoria de “estrutura de parentelas”, quanto suas esparsas, mas não menos importantes, considerações sobre a sociologia rural e as condições de seu desenvolvimento. Como pretendo deixar mais claro, para a socióloga paulista esses dois aspectos estão interligados, já que as possibilidades heurísticas da sociologia rural entre nós não se dissociam dos condicionantes da formação

da sociedade brasileira, de forma que o encaminhamento teórico da disciplina depende da dupla relação entre as perspectivas analíticas do observador e das reconstituições empírica e histórica dos fatos da realidade que as sustentam.

Desde o início dos anos 1960, ficara a cargo da cadeira de sociologia II a disciplina de sociologia rural na USP, e se tornaria opcional para aqueles alunos que tivessem concluído o ciclo básico (QUEIROZ, 1995). O desenvolvimento efetivo da área, no entanto, tem forte impulso com a fundação, protagonizada por Queiroz, do Centro de Estudos Rurais em 1964. Com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp e do Serviço Social Rural (fundação federal de atuação prática), diversas atividades de pesquisas foram desenvolvidas inicialmente, segundo Queiroz,

com resultados satisfatórios tanto para uma entidade como o Serviço Social Rural que desejava informações sólidas para base de melhorias que queria introduzir, resultados portanto voltados para a prática, quanto para a Fapesp, cujo julgamento do assessor estava orientado para os dois aspectos, da coleta de campo e o teórico (1995, p. 15-16).

De fato, o intenso movimento por que passou o Centro em seus primeiros anos de vida, com ampla diversificação de seus projetos e temas, ou a discussões acerca dos encaminhamentos metodológicos propostos, chamando

a atenção para outros problemas, além dos rurais, que contribuíam, aliás, para o esclarecimento destes últimos. Sugeriu-se então a mudança do nome de Centro de Estudos Rurais, para Centro de Estudos Rurais e Urbanos, o que foi efetuado, sendo o devido registro feito a 8 de janeiro de 1968 (QUEIROZ, 1995, p. 20).

A alteração do nome do centro de pesquisas não se deve somente à expansão dos temas abordados do mundo urbano,

mas também à tomada de posição diante de uma ampla gama de pesquisas que receberam, naquele contexto, a alcunha de “estudos de comunidade”. Nesse ponto, a socióloga paulista partilhava da crítica corrente na academia, ainda que propondo alternativa teórica própria:

Se nossos pesquisadores não levam em consideração a recomendação tantas vezes feita por Marcel Mauss, de que os fenômenos sociais devem ser estudados como “fenômenos totais”, é porque, desde o florescimento dos estudos de comunidade entre nós, mais e mais se avolumou aqui a influência americana: na sociologia americana, a multiplicação das pesquisas parceladas é incalculável, permanecem isoladas e fechadas sobre si mesmas, não levando a nenhuma formação sintética explicativa. Parece que, entre nós – herança infeliz da influência americana –, também aumentam aceleradamente os trabalhos que poderiam ser rotulados de “colheita de dados sem teoria” (QUEIROZ, 1972b, p. 523).

Como sugere a transcrição acima, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, o conceito de “comunidade” não tinha uma definição estável e era fonte constante de disputas (MALAGUTI, 2010; CARVALHO, 2010).¹ Em comum, no entanto, as posturas críticas pareciam levar em consideração a formulação precisa de Antonio Candido, segundo a qual

“en anthropologie et en sociologie ce concept exprime non seulement une délimitation technique de l’objet d’étude, mais aussi, et parfois surtout, une piste théorique pour interpréter les racines de la sociabilité et de la culture” (CANDIDO, 1955, p. 330).

No caso da sociologia rural, talvez mais do que em outras especialidades disciplinares, colocava-se o desafio de ir além de visões disjuntivas da díade comunidade sociedade, não raro

¹ Remeto, a esse respeito, à discussão sobre os conceitos de tradição e comunidade nas páginas do periódico do Cadernos Ceru, n. 5, 1972, em que estão publicados, entre outros, artigos de Maria Sylvania de Carvalho Franco e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Ainda que se deva questionar a filiação de Franco à chamada “escola paulista de sociologia” (CAZES, 2010; HOELZ VEIGA JR., 2010), o contraste entre os dois artigos citados demonstra o quanto era candente a questão nos debates acadêmicos naquele contexto na USP.

apontada como arraigada a seu *modus operandis* (BENVENUTI et al., 1975 ; MARTINS, 1981b). Poderia ser essa a condição para se escapar dos constantes vaticínios de desaparecimento do seu objeto de estudo – dado o inexorável avanço da urbanização e industrialização – e, com isso, investigar a persistência de questões relacionadas ao rural – incluindo a questão agrária –, que teimavam em voltar ao debate público. Basta lembrar que José de Souza Martins (1981b), professor da USP e um dos maiores expoentes da sociologia rural brasileira, defende sua tese de doutorado, em 1970, com o sugestivo título *A comunidade na sociedade de classes*, buscando alternativas àquela diáde.²

Não é outra, portanto, a tarefa de que se incumbe Queiroz. A necessidade de uma visão mais integrada do processo social para análise mais circunstanciada e detida de determinado fato social – não raro situado em uma “comunidade” – é um recurso analítico recorrente na obra de Queiroz, tida como exigência incontornável de suas investigações empíricas. Assim é que, em meio às pesquisas da tese de doutoramento defendida na França, em 1956, sobre o movimento messiânico do Contestado, a autora se viu diante da “necessidade de ordenar nossas próprias concepções, exigida pelo estudo de outros aspectos da realidade brasileira que levávamos a efeito” (QUEIROZ, 1976, p. 33), cujo resultado foi o ensaio histórico-sociológico “O mandonismo local na vida política brasileira”³ Do mesmo modo, as pesquisas de campo realizadas intermitentemente entre 1954 e 1959, em Santa Brígida (cf. VILLAS BÔAS, 2006, p. 147), município do interior da Bahia, com camponeses e lideranças políticas, conduziram posteriormente a ensaio de mesmo cunho intitulado “O coronelismo numa interpretação sociológica”⁴

Convencida de que, ao contrário do que muitos postulavam, o tradicionalismo da sociedade rústica estava no fulcro de suas mais diversas manifestações políticas e sociais, e não na sua aparente estaticidade, Queiroz ressalta o que afirma ser o principal ofício do cientista social: o de captar o “movimento” ininterrupto da sociedade. Não é outro o desafio que coloca a

2 Em seu *Capitalismo e tradicionalismo*, fica clara sua postura reativa a uma visão estrita da sociologia rural, afirmando: “a minha intenção foi a de localizar e situar as contradições pelas quais se determina a diversidade interna da nossa sociedade, seus dilemas e tensões. O tratamento crítico que dei às minhas pesquisas permitiu-me ultrapassar o conceito limitado e limitante de ‘rural’, de forma que os processos que investigo estão situados tanto no meio rural quanto no urbano” (MARTINS, 1975, p. 1). Em entrevista recente, a postura radical de uma de suas respostas exprime bem o ponto: “quem me vê como sociólogo rural não leva em conta o conjunto da minha obra e nela o fundamental [...]. De fato, nunca fiz propriamente Sociologia Rural” (BASTOS et al., 2006, p. 135).

3 Originalmente publicado na revista Anhembi, n. 24/26, 1957.

4 Publicado originalmente em *História da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1975, t. III. (coleção O Brasil Republicano) Posteriormente o texto foi incorporado no livro *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* (1976).

5 É sobre essa “rotação de perspectivas” que Queiroz, em artigo que se tornou clássico, “Uma categoria rural esquecida”, situa-se no debate candente da época sobre a reforma agrária, propondo que se descortinem outras relações além da dualidade fazendeiro–assalariado e se pense “no indivíduo que vive ainda na forma mais elementar de economia agrícola”: o sitiante (1963, p. 93). A caracterização do estilo de vida dessa camada social, marcada pelo isolamento dos centros urbanos, pela “economia fechada” voltada para a agricultura de subsistência e pela sociabilidade dos bairros rurais, contrasta com a dinamicidade das suas lideranças carismáticas, através das quais as mudanças desejadas e necessárias para o melhoramento de vida são implementadas. Referindo-se às pesquisas empíricas do sertão da Bahia realizadas entre lideranças políticas e messiânicas, Queiroz afirma que “a autoridade do líder natural da comunidade é extremamente importante para promover uma aceitação rápida de novas maneiras de ser, assim como uma reorganização da comunidade aproveitando os comportamentos tradicionais susceptíveis de auxiliar um melhor rendimento da vida econômica” (1963, p. 95). A partir da perspectiva dos agentes de intermediação com a sociedade global, Queiroz destaca que, “com um mínimo de atrito com a organização antiga”, o sitiante pode “elevantar seu nível de vida e integrar-se num mercado mais amplo” (1963, p. 97).

si mesma na “Advertência” ao seu livro *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*, ao assinalar que “este social que vem aguçando há mais de vinte anos a nossa curiosidade, não o vemos nem imóvel, nem homogêneo” (QUEIROZ, 1978, p. X). No entanto, reconhece que não é simples a operação analítica com tal intento e por isso sugere que o observador sempre se coloque em rotação de perspectivas, decorrência da própria dinâmica multifacetada da sociedade.

Quando se admite a existência de uma multiplicidade de julgamentos cognitivos correspondentes à multiplicidade dos quadros sociais, a coexistência de diversos desses julgamentos e a reunião de diversas hierarquias de valor, ainda que contraditórias, no interior de qualquer sociedade, tornam-se também admissíveis (QUEIROZ, 1972a, p. 63).

Investigações acerca da sociedade rural brasileira, realizadas através de trabalhos de campo prolongados e sínteses históricas, juntam-se às considerações de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre a sociologia rural e sua efetividade em certos contextos. Longe de postular um arcabouço teórico-metodológico aplicável diante de qualquer circunstância empírica, Queiroz demonstra a necessidade de permanentes ajustes entre teoria e fatos, haja vista que “são os dados empíricos que atraem sem exceção nossa observação e reflexão; e, mesmo quando o raciocínio aborda considerações teóricas, é sempre a partir de dados empíricos” (1978, p. X). O objetivo deste artigo é justamente identificar essa “dupla operação” na sociologia rural de Queiroz, chamando atenção para a interpretação da socióloga sobre os grupos rústicos e a integração deles na sociedade brasileira, e de que forma essa interpretação se ajusta a sua visão da prática da sociologia rural.⁵

Tendo isso em vista, a primeira parte do artigo dedica-se a recompor as pesquisas empíricas e as de caráter sócio-históricas de Queiroz, ressaltando a forma pela qual elas se articulam em análises substantivas sobre a estrutura de “parentela”. Na

segunda parte, demonstro como as análises de Queiroz sobre as mudanças sociais por que passara a sociedade brasileira, vista de uma perspectiva histórica mais ampla, identificam na parentela, embora enfraquecida, estrutura social que enseja transformações e permanências. Por fim, destaco a relação efetuada por Queiroz entre suas análises da sociedade rural brasileira e as possibilidades e os limites da prática da sociologia rural.

MUNDO RÚSTICO E PARENTELA: A DINÂMICA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA

Fizemos alusão acima a como a obra sociológica de Maria Isaura Pereira de Queiroz é entremeada por pesquisas de campo e ensaios histórico-sociológicos, através dos quais a autora busca ao mesmo tempo o entendimento dos fatos sociais sob diferentes perspectivas e suas complementarizações possíveis. Ambas as modalidades de análise sociológica podem iluminar aspectos descobertos por cada uma, de forma que as hipóteses estejam sempre à prova.

Na apresentação de resultados da pesquisa de campo no município de Santa Brígida no II Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado em Belo Horizonte, em 1962, com o texto “Política, ascensão social e liderança num povoado baiano”, Queiroz (1973) já deixava clara a necessidade de se compreender as relações sociais que investigara, também a partir de um nível macro. Isso porque, em contraste com as zonas “sempre estudadas” vinculadas à agricultura de exportação, Santa Brígida tendia para uma estrutura social mais igualitária, configurando-se, por isso, em campo privilegiado para se estudar a maneira pela qual as zonas camponesas se integravam à sociedade global (QUEIROZ, 1973, p. 100). Observando de perto as relações políticas que teceram entre si diferentes lideranças locais – como o líder messiânico, cabos eleitorais, coronéis –, Queiroz chamava atenção de como a independência econômica do sitiante, camponês proprietário de terra, contrapõe-se a uma

não necessária, mas contingente dependência no plano político, “única ligação efetiva de Santa Brígida” com a sociedade mais ampla (1973, p. 117).

Recompor esses fatos sociais em suas complexidades exigiria, portanto, integrá-los numa análise histórica. Vale reforçar que, para a autora, sem o recurso à história não se cria uma visão totalizante do processo social, pois “cada fenômeno, cada camada social, cada estrutura, cada conjuntura, encontra sua explicação num *encadeamento global* que jamais se repete tal e qual e que é histórico” (QUEIROZ, 1978, p. 276, grifo nosso). Daí ser imprescindível também diferenciar a “análise” da “explicação”: à análise cabe efetuar a divisão do *todo* em suas partes constituintes, de modo que “não se trata de dividir somente, e sim de separar em *partes* o *todo* para ressaltar os princípios básicos que regem sua composição” (QUEIROZ, 1978, p. 310). A dificuldade maior, no entanto, reside no momento de recomposição do *todo* pelas suas partes. É justamente o recurso à História que permite que se retomem as partes e se estabeleçam os nexos significativos que estruturam o *todo*. Não é à toa que são recorrentes na obra de Maria Isaura expressões como “acomodações sucessivas”, “linha constante”, “linha de continuidade interna”, que denotam o enlace que a explicação a partir da História possibilita para a análise da realidade social. Em suma, se a “análise” recorta o *todo*, a “explicação estaria, sempre, na história, pois é na história que se inserem os fenômenos sociais globais: as explicações se encontram sempre nas configurações da totalidade, diversas conforme o momento histórico, e não em seus aspectos parciais” (QUEIROZ, 1978, p. 276).

A utilização desses preceitos metodológicos se torna mais clara no texto “O coronelismo numa interpretação sociológica” (1975). Em referência ao estudo clássico de Victor Nunes Leal, Maria Isaura destaca que não pretende abordar o “coronelismo” somente pelo seu “aspecto político”, pois “considerá-lo apenas sob este aspecto é mutilar um conjunto complexo, empobrecendo-o e não permitindo uma compreensão mais ampla, tanto em

si mesmo quanto em sua evolução histórico-social e política” (QUEIROZ, 1976, p. 165). O primeiro passo é desvendar, através de suas partes, o funcionamento da estrutura coronelista, toda ela entrecortada por diversas camadas que se justapõem e que definem o “tipo de chefia” do coronel (QUEIROZ, 1976, p. 167). Auxiliada pelas suas observações de campo, Queiroz pode identificar pelo menos dois tipos básicos de estruturas coronelistas: o primeiro tipo é aquele em que o poder do coronel é exercido diretamente sobre o eleitorado; o segundo refere-se aos indivíduos que, por se interporem entre o grande coronel e o eleitorado, conseguem arregimentar votos, a exemplo dos cabos eleitorais e dos coronéis com menor reputação.

A diferença entre eles remete à estrutura socioeconômica que os subjazem. Em zonas de grandes monoculturas, o poder de mando do coronel é muito maior e direto, às vezes violento, do que nas zonas de agricultura de subsistência, onde a estrutura tende para o tipo igualitário. Como comprovou durante suas pesquisas no interior da Bahia, nessas zonas de sitiantes “o poder se torna mais flutuante” e por isso recorre o coronel a figuras que despontem de maior prestígio e que sirvam de intermediários entre ele e o eleitorado (QUEIROZ, 1976, p. 166). Sem desfrutar do poder absoluto sobre o eleitorado, esses coronéis são obrigados a praticar uma espécie de “paternalismo diplomático” na consecução de seus interesses – esforço que torna o *favor* parte constitutiva e essencial da troca pela lealdade ao voto. E, exatamente por se tratar de uma estrutura mais “fluida”, cria-se certa margem de manobra ao sitiante que faz do voto um “bem de troca”, através do qual se sela um compromisso entre ambas as partes. A “dominação indireta” do coronel “comprova que o eleitorado (que não é um eleitorado subordinado a alguém do ponto de vista do trabalho, e sim um eleitorado livre economicamente) tem possibilidades de escolha”, posto que “o voto não é inconsciente, muito pelo contrário resulta do raciocínio do eleitor, e de uma lógica inerente à sociedade à qual pertence” (QUEIROZ, 1976, p. 167-168).

A multiplicidade de hierarquia existente dentro da estrutura coronelista, congregando grandes e pequenos coronéis, cabos eleitorais, sitiante e fazendeiros, e favorecendo a competição pelos votos, é o que enseja a própria abertura dessa estrutura, deixando-a “fluida” e suscetível não só às ações dos coronéis – como é comum apontar –, mas também às ações de suas camadas mais baixas.

A existência do sentimento de “igualdade” deixa as relações de dominação-subordinação à mercê de quaisquer suscetibilidades e de melindres [...]. Esta dependência do maior para com os de nível imediatamente inferior, e destes para com os de nível seguinte, e assim por diante até o sitiante, permitia ao voto se tornar realmente um “bem de troca”, e levava os grandes e médios coronéis a todo um comportamento de paternalismo diplomático e de etiquetas refinadas, com relação a seus imediatos (QUEIROZ, 1976, p. 177-178).

Dissecando as relações internas à estrutura coronelista, nota-se a sobreposição de camadas e indivíduos que, em determinados momentos, não permite ao coronel exercer seu mando senão de modo indireto e muitas vezes precariamente. De todo modo, a estrutura se mantém apesar de suas próprias tensões dinâmicas, afinal “a ‘dominação direta’ só se teria dado num número muito restrito de casos, ou então no caso do último coronel da escala, em relação ao seu eleitorado que comandaria diretamente” (QUEIROZ, 1976, p. 171).

Se em trabalhos anteriores de Queiroz a definição da estrutura social que integrava as diferentes camadas sociais se alternava entre “famílias extensas”, “famílias grandes”, “clãs”, no texto “O coronelismo” ela será definida a partir da *estrutura de parentela*. Formadas por um conjunto de indivíduos que estabelecem entre si laços de parentesco ou “carnal”, ou espiritual (compadrio), ou de aliança (uniões matrimoniais), as parentelas constituem estruturas vigorosas de solidariedade social. Por sua

capacidade de reunir diferentes grupos sociais numa ampla rede de solidariedade, ela não pode ser confundida com “clã”, que remonta a uma “ascendência comum”, de tipo consanguíneo ou mítico (como no caso do totem), tampouco com o conceito de “famílias extensas”, pois as diversas famílias conjugais que dela fazem parte não residem no mesmo local, não sendo a distância geográfica, portanto, fator que impeça “a vitalidade dos laços ou das obrigações reunindo os indivíduos uns aos outros no interior do grupo” (QUEIROZ, 1976, p. 181). Particularidades que fazem a autora afirmar que “não estamos longe de acreditar que se trata de um tipo ‘sui generis’ de família, não suficientemente definido na literatura socioantropológica existente, pois não encontramos outra que se lhe assemelhe, quanto às características” (QUEIROZ, 1976, p. 184).

Como no caso do coronelismo, a estrutura parental varia também de acordo com a estrutura socioeconômica, tendendo a uma estratificação social mais acentuada e rígida em regiões monocultoras e mais igualitária nas regiões de pequena produção de subsistência. Acontece que, não raro diversos indivíduos e famílias oriundos de diferentes camadas sociais pertenciam a uma mesma parentela, ligados entre si por um amplo “sistema de contraprestações” sedimentando uma vigorosa “solidariedade vertical”. Sendo internamente constituída por diferentes grupos sociais, a parentela, como indica a autora, assemelha-se a uma “pirâmide”, situando-se no cume o patriarca com os parentes mais próximos e na base aqueles mais distantes. Contudo, menos do que expressar possíveis distâncias – que como vimos não eram fundamentais na parentela –, a figura de uma pirâmide parece ser mais adequada na medida em que ilustra a “subordinação” constitutiva dessa estrutura.

Antonio Candido representou a parentela brasileira sob a forma de círculos concêntricos: o núcleo seria formado pela família do “patriarca” (ou do “coronel”), seguindo-os vários círculos concêntricos com parentes, agregados, etc.

Acreditamos que o esquema geométrico mais adequado seja o da pirâmide truncada, formada internamente de camadas sociais sobrepostas, divididas entre si pelo dinheiro e pelo prestígio, pois mostra claramente a subordinação de umas camadas a outras (QUEIROZ, 1976, p. 189, nota de rodapé 53, grifo nosso).

Mesmo nas zonas onde a desvinculação econômica dos sítiantes ao coronel é a forma predominante, a subordinação, de modo mais difuso e “indireto”, permanece sendo elo entre as diferentes camadas de que se compõe a parentela. A relativa independência no plano econômico de que usufruem os sítiantes não tem a necessária contrapartida no plano político, pois, ao firmarem sua independência por meio do estabelecimento de obrigações e favores com uma parentela, acabam, na verdade, por se atrelarem ou reforçarem a estrutura de dominação (BOTELHO, 2007, 2009). Assim, afora o fato de no interior da parentela muitas vezes o trato sutil e igual entre as famílias e seus membros se fazer presente, a subordinação, e toda a estrutura de dominação que envolve o “favor” como elemento constituinte da ordem social, não deixa de ser, mesmo que não tão refletida por aqueles imersos no grupo parental, sua característica essencial.

Todavia, sendo a espinha dorsal dessa estrutura, o “sistema de contraprestações” não dilui o conflito, apenas o torna latente, vindo à tona quando os interesses não mais se ajustam no interior de um mesmo grupo. Sendo a ascensão social e econômica na parentela não só “possível, mas como constitui[ndo] sua ‘lei natural’” (QUEIROZ, 1976, p. 186), a ascensão de um de seus integrantes poderia acarretar a desconfiança de outros. Situações de conflito como essas frequentemente resultaram em brigas que levaram à desintegração de uma parentela em duas ou mais.

A pirâmide da parentela não era, pois, internamente estática e imóvel; muito pelo contrário, havia em seu interior camadas socioeconômicas e uma dinâmica de ascensões-

descidas, que tanto podiam agir como elemento de reforço de sua continuidade, como podiam constituir fatores de fragmentação interna, formando-se então dois blocos inimigos de parentes (QUEIROZ, 1976, p. 187).

Poderia acontecer também de esses conflitos não virem à tona devido à presença de um inimigo comum, dando força e solidez à solidariedade vertical interna.

É essa dinâmica fluida da parentela, rede intrincada de dívidas e obrigações infundáveis porque sempre renovadas, que faz do momento de sua desestruturação instantânea em que se regenera.

Solidariedade, conflito, violências foram fatores de conservação da estrutura brasileira de parentelas, e uma das bases do sistema coronelista. A dinâmica desta sociedade fez com que estas se transformassem senão lentamente. Devido àqueles fatores, também não se propiciou a formação de camadas socioeconômicas distintas da parentela, e apoiadas em laços socioeconômicos somente (QUEIROZ, 1976, p. 190).

Do que foi dito até aqui, pode-se vislumbrar uma perspectiva que privilegia a dinâmica social a partir de sua estrutura. Como aponta Queiroz, referindo-se à “sociologia em profundidade” de seu mestre na França, George Gurvitch (1977), toda sociedade é uma realidade complexa que deve ser entendida e estudada enquanto um conjunto indissociável formado por múltiplas dimensões e níveis inter-relacionados. A realidade social pode ser divisada em diversos *patamares* que, de forma genérica, se agrupariam em tipos verticais (organizações sociais, modelos sociais, condutas coletivas regulares, papéis sociais, ideias e valores sociais) e horizontais (manifestações de sociabilidade, tipos de agrupamento ou grupo e tipos de sociedade global). Divisão possível por conveniência heurística, pois todos os níveis formam um conjunto dinâmico, considerando, desse modo,

impossível realizar um estudo de um grupo social qualquer sem interligá-lo a uma sociedade global particular.

Dessa maneira, a parentela, tal como analisada por Maria Isaura em seus aspectos sociais, econômicos e políticos, localiza-se no cerne da estrutura rural e das mudanças sociais da sociedade brasileira, conferindo a elas sentido e dinâmica. A seguir, veremos como, sob o ângulo das relações campo–cidade, a estrutura de parentela a um tempo estimula e restringe o processo de mudança social.

O CAMPO COMO “CONTEXTO”

A complexidade das relações sociais entre lideranças políticas e camponeses, verificadas por Queiroz em suas pesquisas de campo e reforçadas pelas suas investigações histórico-sociológicas mais amplas, acabou por conferir centralidade à estrutura fluida da parentela, pois é nela que, de forma direta ou indireta, os diferentes grupos sociais estabelecem relações, principalmente políticas. Dessa forma, Queiroz dota de substância sociológica e histórica o que era tomado muito genericamente como “rural” no Brasil, não raro identificado com o latifúndio e a oligarquia agrária, atrelado à imagem do atraso e do tradicionalismo. A complexidade da dinâmica da parentela exigia da sociologia rural revisão e ajustes de seus aportes teóricos, e cada vez mais na medida em que o processo de modernização no Brasil expunha seus impasses.

Segundo Queiroz, o crescimento demográfico, a urbanização e a industrialização contribuíam para o enfraquecimento progressivo da parentela [processos que têm como lócus central a cidade]. Também por isso, a relação campo–cidade é indicada pela autora como aporte analítico extremamente útil na compreensão dos processos de mudança social e da própria sociedade global brasileira, desde que seja abandonada a “perspectiva habitual, que é o de duas realidades paralelas, embora interligadas” (QUEIROZ, 1978, p. 50). Não se trata, portanto, nem de uma

relação disjuntiva que serviria de medida de avaliação do grau de “ruralização” ou “urbanização” de uma sociedade, nem “de sincretismo, reunindo, devido às suas interinfluências, traços incongruentes”, tanto uma posição quanto a outra elidindo as diferenças constitutivas do rural e do urbano no Brasil. Propõe a socióloga tomá-los

“como dois fatos que podem ter áreas que se recobrem, enquanto outras permanecem distintas; que ora convergem em seus processos internos, ora divergem; que às vezes se associam em complementaridade, e outras vezes se opõem” (QUEIROZ, 1978, p. 309).

Somente com esse cuidado, podem-se determinar os ganhos heurísticos de uma análise baseada na relação campo–cidade.

Enquanto estrutura típica de uma sociedade tradicional, a parentela apresenta

três aspectos interligados – o político, o econômico, o do parentesco – mostrando que a sociedade na qual estava implantada era de estrutura socioeconômica e política ainda pouco diferenciada em seus setores de atividade. Setor político, setor econômico, setor parentesco, reunidos, garantiam o funcionamento da sociedade e lhe davam uma característica própria (QUEIROZ, 1976, p. 186).

Aos poucos, com a intensificação daqueles três processos citados anteriormente, esses setores principiam a se diferenciarem, adquirindo o econômico proeminência sobre os demais. Todavia, a modernização da sociedade não acarretou o seu desaparecimento, pois

a própria estrutura interna das parentelas contribuiu para que não houvesse ruptura, quando se iniciou a passagem de um tipo estrutural a outro. E isto porque a posse de bens econômicos – critério por

excelência da distinção em camadas na nova sociedade— já existia e era importante na forma social anterior (QUEIROZ, 1976, p. 204).

Na própria transição, a parentela apresenta-se como móvel capaz de rearticular, ainda que não sendo possível da mesma maneira, os diversos setores sociais. Ela aos poucos dita o sentido da dinâmica e estabelece o papel dos agentes na mudança social: no plano político, deu resultado a uma “estrutura urbana e rural” representada pelo populismo, espécie de “coronelismo urbano”; no plano econômico, sua atividade é ainda ativa, “porque não havia as parentelas, se restringido a exercer apenas atividades agrárias”, participando inclusive da incipiente industrialização do país (QUEIROZ, 1976, p. 207). Cabe ressaltar, segundo Maria Isaura, que a participação dos grupos de parentela na industrialização do país expressa o caráter próprio que esse processo assumiu no Brasil, em contraste com a Europa do século XVIII e XIX, não ganhando o sentido “revolucionário” que afetaria a estrutura social.

Na Europa, a industrialização se liga a grandes transformações da estrutura social, que começam bem antes dela e que ela acelera, provocando o nascimento de um novo tipo de estratificação social. Nos países não europeus a industrialização não possui nenhum laço genético com as estruturas locais, é um elemento vindo do exterior (QUEIROZ, 1978, p. 85).

Em decorrência desse processo e saturados os mercados europeus, comerciantes e industriais voltaram suas atenções para mercados longínquos, como o do Brasil, que tiveram, no consumo, expediente ostentatório de uma posição privilegiada na sociedade. O “aburguesamento” dessas camadas contribuiu para que a instalação das indústrias se efetivasse de modo a atender esse mercado consumidor. Muito embora esse processo

tenha posto em movimento uma mudança efetiva na estrutura social, ela não logrou por em novas bases esse desenvolvimento. A estrutura parental continuava presente e atuando de forma decisiva na orientação do processo de modernização.

“A industrialização não parece acelerar a decadência desse tipo de relação ou de família, e sim utilizá-lo para instalar-se e difundir-se pelo país; porém devido a esta utilização, torna-se por outro lado responsável pela persistência desses laços” (QUEIROZ, 1978, p. 81).

Não havendo uma mudança na estrutura da sociedade brasileira, os fatores que poderiam enfraquecer e levar à decadência da parentela ficam inibidos. O que não significa que não haja mudanças significativas, o que demonstram as novas articulações entre grupos através do surgimento de uma consciência de classes, além da indicação de que a própria cidade estaria se compondo como polo dinâmico na relação com o campo. Essa proeminência da cidade, contudo, se dá como uma relação específica dentro de uma sociedade global, cuja estrutura de parentela é ainda sua base dinâmica. O desenvolvimento de sociedade global “urbana” não acarreta um desenvolvimento homogêneo de suas partes: grupos e classes integrantes do meio urbano articulam-se aos do meio rural, e não raro de forma subordinada. Processo que parece evidenciar a contradição em que se assenta a modernização brasileira, pois os seus principais agentes estão integrados à estrutura parental.

Porque a estrutura não foi atingida pelos processos de mudança, pode-se falar, de uma sociedade global brasileira *urbanizada*, ainda que sua estrutura esteja assentada no campo, mais precisamente na parentela. Isso redundando no fato de que os “processos rurais” continuam tendo peso decisivo nos rumos tomados pela sociedade global, o que valida a importância metodológica da relação campo–cidade.

A interligação entre meio rural e meio urbano, [...] como posição metodológica, veio recebendo sucessivas

confirmações à medida que examinávamos diversos problemas e que descrevíamos sucintamente casos concretos. A tentativa de verificar quais processos independentes existiriam no meio rural mostrou quão limitados eles são e que, por outro lado, não se desligam da “sociedade urbana” moderna; ainda mais, embora processos aparentemente independentes, são processos criadores de cidades. Desse modo, a posição metodológica adotada parece afirmar-se como sendo, de fato, a mais apropriada ao caso brasileiro atual (QUEIROZ, 1978, p. 64).

A potencial utilidade metodológica da relação campo–cidade evidenciada por Queiroz contrasta com outras perspectivas que surgiam naquele contexto, até porque fundadas em diagnósticos diversos da mudança da sociedade brasileira. No âmbito acadêmico, o interesse dirigia-se cada vez mais para os estudos dos problemas urbanos, como a formação do proletariado, análise do empresariado, marginalidade, migração, como atesta inclusive a criação de centros de pesquisa como o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (1962) e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (1969). No entanto, o rural, embora por vezes coadjuvante nas análises, permanecia essencial para a compreensão dos processos de mudança social que ganhavam vulto nos idos das décadas de 1960 e 1970 (MARTINS, 1981a; SIGAUD, 1992; GARCIA JR. e GRZYNSZPAN, 1999).

A fim de melhor ilustrar de que forma a relação rural–urbano não se limitava a uma discussão no interior da sociologia rural e se constituía em fonte de discussão sobre sua utilidade metodológica e teórica, compararemos o texto de Florestan Fernandes intitulado “Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil” (1972) com a análise exposta até aqui de Queiroz acerca da sociedade rural brasileira. Embora nunca tenha se dedicado à sociologia rural e muito menos assumido essa identidade, Fernandes, no texto citado, ao explorar as vicissitudes da relação entre rural e urbano no Brasil, revela contraponto

importante às análises de Queiroz, porque está preocupado, sobretudo, com a utilidade que esse recurso analítico pode vir a ter no entendimento mais amplo da expansão do capitalismo no Brasil. Aliás, essa posição teórico-metodológica é apontada como a marca do que se convencionou chamar, muito genericamente, de “escola sociológica paulista”, para a qual é fundamental a “definição do lugar em que o analista se coloca para poder perceber, simultaneamente, os aspectos estáticos e o dinamismo da sociedade” (BASTOS, 2002, p. 197).⁶

Fernandes inicia seu texto com a advertência de que

“a importância da economia originária de capital e a expansão de um polo econômico moderno, urbano-comercial, já foi exagerada, para em seguida ser subestimada. O ‘campo’, como núcleo da vida social ‘civilizada’, também já foi superestimado, para depois ser esquecido”

e de que por isso o artigo se propõe

“a ventilar certas questões interpretativas de alcance mais geral, que podem lançar luz sobre a natureza do capitalismo agrário no Brasil e suas influências mais profundas sobre a formação do capitalismo urbano-industrial e da sociedade de classes” (FERNANDES, 1972, p. 105).

O ponto de inflexão histórica tomado pelo autor é o século XIX, aliás período também destacado por Queiroz como de grandes transformações. Durante esse século começa a ruir o antigo sistema colonial e a sociedade brasileira começa a se organizar em bases nacionais. Contudo, é um período de transição em que os nexos coloniais continuam atuando funcionalmente na constituição da “ordem social competitiva”. No período neocolonial – que, segundo o autor, engloba a abertura dos portos (1808) até a extinção do tráfico (1850) e as primeiras leis abolicionistas – a integração do mercado capitalista

⁶ É dentro dessa tradição que Elide Rugai Bastos (2002, p. 196-197) insere as pesquisas de José de Souza Martins sobre o mundo rural. Afinal, para Martins o rural, por sua posição marginal na sociedade brasileira, poderia iluminar aspectos distintos do processo de expansão do capitalismo no Brasil. Sobre o processo de construção teórica na obra de Florestan Fernandes, ver Brasil Jr. (2011).

se deu substancialmente com as modalidades econômicas que se expandiram a partir da cidade, principalmente aquelas concernentes à importação e exportação. A esse emergente “setor novo”, representante do estilo moderno de capitalismo, juntar-se-á o crescimento do mercado de trabalho com a Abolição (1888), o que imporá, “a partir de dentro, modelos de relações econômicas que, anteriormente, só se estabeleciam a partir de fora” (FERNANDES, 1972, p. 108).

Configurou-se, dessa maneira, uma “dupla articulação”, ao mesmo tempo interna, tendo a cidade como propulsora do capitalismo, e externa, com vínculos heteronômicos com os países centrais, que se utilizavam da própria articulação campo-cidade na sociedade brasileira como mecanismo de acumulação de capital. Ainda que a integração econômica, social e cultural variasse, os vínculos internos e externos permaneceram desiguais, ao se passar do estado colonial para o neocolonial e deste para o de uma economia assentada em bases capitalistas. No caso do campo, as mesmas contingências que levaram ao estabelecimento de uma sociedade capitalista dependente e subdesenvolvida no âmbito das relações externas, impediram um impulso renovador e autopropulsor do capitalismo agrário, permanecendo no estado de “subcapitalismo”, restando a ele uma reduzida autonomia. Essa condição do meio rural no Brasil faria senão replicar internamente a “*dependência dentro da dependência*” (FERNANDES, 1972, p. 109).

A consolidação da dupla função mediadora da cidade com os mercados interno e externo, pondo-se em relação hegemônica com o campo, é, segundo Fernandes, muitas vezes cercada de erros interpretativos que vale serem destacados: o primeiro consiste em não perceber na transição “neocolonial” a crescente preponderância da cidade sobre o campo, pois

“o que prevalecia, nesse novo contexto histórico-social, não era a economia agrária propriamente dita, mas os interesses econômicos, sociais e políticos da aristocracia agrária, o

que era coisa bem diferente” (1972, p. 112).

O segundo é “antes uma limitação de ótica”: seria errado reduzir a relação campo–cidade a um “sentido único”, pois não se trata de medir a transferência de riquezas do primeiro para o segundo, mas de avaliar um processo “mais complexo, amplo e contínuo”, no qual “a cidade se transformou em *contexto* da economia agrária, impondo assim ao campo seus interesses econômicos, juntamente com os seus ritmos histórico-sociais e o seu estilo de vida” (FERNANDES, 1972, p. 112, grifo nosso). Por fim, o terceiro erro está em considerar que o desenvolvimento urbano se fez à custa exclusivamente da penúria e submissão do campo, perdendo-se, dessa forma, a dimensão correta do processo, que, embora relegando a economia agrária a um estado precário de desenvolvimento, não inibe totalmente suas potencialidades, *necessárias* para a própria expansão do urbano e dos nexos de dependência que ela engendra.

É verdade que a cidade se beneficiou desse processo, vitimando o campo. Todavia, o desequilíbrio não nasceu de uma imposição da economia urbana contra a economia agrária. Sem esse desequilíbrio, portanto, a economia brasileira estaria condenada não ao capitalismo dependente, mas à regressão ao colonialismo puro e simples (FERNANDES, 1972, p. 113).

A noção utilizada por Florestan Fernandes da “cidade como contexto” expressa as funções dinâmicas e estruturais que a cidade, associada ao campo, toma no processo de mudança social. A própria relação campo–cidade na análise do autor é matizada e sinuosa, permitindo identificar tanto a permanência de um polo *no* outro e, o que é igualmente importante, a proeminência de um *sobre* o outro. Nesse sentido, o autor ressalta o papel e os interesses da aristocracia agrária, como também o caráter dependente de nossa economia no desenrolar do processo de

expansão e consolidação da ordem social competitiva. Esses interesses são fundamentais, em vários aspectos, na limitação ou retraimento do “setor novo” urbano, cujos intentos de classe se entrelaçam, muitas vezes, a sentidos contrários, ensejando um equilíbrio social e econômico a um tempo tenso e dinâmico, entre uma *descolonização mínima* e uma *modernização máxima* (FERNANDES, 2006, p. 209).

O que releva destacar, na discussão que empreendemos, não é tanto a debilidade da economia agrária como fonte de mudanças sociais progressivas ou revolucionárias. Isto porque a economia agrária, de maneiras diversas em diferentes momentos, sempre operou como matriz ou como suporte de dinamismos econômicos, sociais e políticos que alteraram, em sentido progressivo ou revolucionário, a organização da sociedade brasileira. Devido à posição heteronômica da sociedade brasileira, tem-lhe faltado – tanto sob o regime de castas e estamentos, quanto sob o regime de classes – a vitalidade capaz de reter e reelaborar autonomamente tais dinamismos (FERNANDES, 1972, p. 107).

Não dissociando as relações entre rural e urbano no processo de modernização brasileiro, evitando simplificações como a de um rural atrasado, entrave da modernização, ou simples móvel da acumulação capitalista, sem qualquer função ativa ela, tanto Queiroz quanto Fernandes, apoiados em interpretações distintas das mudanças sociais no Brasil, revelam a ênfase dada nos processos relativos a cada um desses espaços e seus desenvolvimentos mais gerais na sociedade brasileira. Contudo, Fernandes enfatiza o papel subordinado do campo envolvido que está na teia de dependência a um mundo urbano-capitalista com pouca força de autopropulsão, dada, por sua vez, sua condição de dependência ao mercado externo. Reside, sobretudo, nas forças sociais e econômicas oriundas do urbano, a expansão do capitalismo agrário no Brasil, cujos entraves respondem pelas

persistentes formas tradicionais de exploração do trabalho.

Queiroz, no entanto, analisa a modernização brasileira a partir dos efeitos originados pela manutenção e adaptação da estrutura parental às novas condições sociais, econômicas e políticas. Como um “fenômeno social total”, conforme se referia, recorrendo a Marcel Mauss, às formas expansivas e fluidas da parentela, ensejou a mudança, o que se verifica em diversos fenômenos novos, como o populismo, e na postura conservadora dos industriais. Nesse caso, embora sempre reconhecendo a predominância do “urbano” nas transformações sociais, Queiroz, pode-se dizer, inverte a proposição de Fernandes, destacando o campo como “contexto” da cidade, significando, na mesma acepção empregada pelo autor, não um total controle de um termo pelo outro, mas o sentido conferido ao processo social.⁷

UM PROBLEMA DE PERSPECTIVA

O que parece mais instigar Queiroz em suas considerações sobre a sociologia rural é a pouca sensibilidade dos seus praticantes em deixarem suas observações empíricas – quando bem conduzidas – interpelarem os estabelecidos cânones teóricos da disciplina. “A sociologia rural no Brasil teve como ponto de partida o ‘exotismo’ da vida de caipiras, caboclos, tabaréus, isto é, dos homens do campo”, rendendo-se posteriormente à “descoberta da especificidade arcaica da vida rural brasileira, em oposição à vida moderna do litoral” (QUEIROZ, 1978, p. 47). Essas constatações enfatizam a urgência de revisão teórica e metodológica da disciplina, tendo, todavia, que adquirir o “problema da sociologia rural [...] nova dimensão”, posto que, ao contrário do que demonstra a trajetória da disciplina até aquele momento, “o meio rural nunca pode ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade” (QUEIROZ, 1978, p. 51).

Como resposta a tão proclamada “crise do objeto” – muito semelhante a que se defrontam os antropólogos com as sociedades

7 Ainda que próximo dos marcos teóricos gerais delineados acima a partir dos trabalhos de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso desenvolve argumento algo distinto daquele. Para Cardoso, diferente das realidades europeias em que as cidades nasceram sob o signo da divisão social do trabalho e da formação de mercados, experimentando uma organização político-administrativa com autonomia relativa, na América Latina a cidade nasce sob a égide do mercantilismo ibérico. Nesse contexto, a cidade funcionou antes como interposto da metrópole nas colônias, do que como núcleo de soberania e representação própria. Segundo Cardoso (1975), isso permite escapar de uma constatação simplista que afirma o “predomínio rural” no mundo ibero-americano, atentando-se para as relações variadas entre a agrovila e o estado patrimonial. Uma diferença ilustra o argumento: enquanto o oligarca rio-platense se vinculava à cidade, na inter-relação entre capitais urbano-mercantis e agrários, o latifundiário brasileiro manteve-se como patriarca, cujas probabilidades eram definidas pelo patrimonialismo prevalente. De todo modo, o que se percebia eram atitudes distintas de dois agentes imersos numa ordem capitalista dependente.

indígenas –, Queiroz repensa continuamente os pressupostos teóricos da sociologia rural. E a forma pela qual a realiza é buscando uma identificação objetiva entre o que para ela define o social – sempre dinâmico, nunca estático – e o movimento necessário da análise para acompanhá-lo. Por conseguinte

“há também toda uma dialética entre o conhecimento obtido através das análises sociológicas, de um lado, e a história, do outro, que vem contribuir para que o encaminhamento das coisas e dos conhecimentos seja sem fim...” (QUEIROZ, 1978, p. 276)

Conforme trabalhado em outro momento (CARVALHO, 2010), meu argumento é que o diagnóstico elaborado pela autora sobre a formação histórico-social brasileira, centralizada na estrutura da parentela como “fenômeno social total”, desempenha importante papel na própria avaliação da sua atividade intelectual. E é para melhor qualificar a relação entre o processo histórico e a produção do conhecimento sociológico dedicado ao mundo rural que Queiroz amplia seu escopo analítico e estabelece uma distinção fundamental entre as origens agrárias brasileiras e o restante da América Latina.

Segundo a autora, a diferença entre a América portuguesa e a espanhola refere-se ao sentido da empresa colonizadora que fez desta última, em seus traços essenciais, uma colonização “urbana” e daquela uma colonização “rural”. Logo em sua chegada, os colonizadores espanhóis se defrontaram com civilizações importantes, cuja vida social girava basicamente em torno de organizações urbanas já existentes. Com extensos territórios tomados por essas civilizações e preocupados em extrair os metais preciosos encontrados, o principal desafio dos colonizadores espanhóis nessas regiões era menos o de ocupar terras e mais o de tomar as posições de comando dos grupos dominantes estabelecidos.

Já existiam vilas e cidades; os recém-chegados conservaram-nas e aumentaram-nas. A agricultura só tinha sentido, a princípio, como um meio de libertar os conquistadores da necessidade de conseguir alimentos; a vida urbana conservou, assim, importância maior que a vida rural (QUEIROZ, 1978, p. 3).

Na América portuguesa, a ausência de civilizações daquele porte e a inexistência, num primeiro momento, de metais preciosos forçaram a colonização portuguesa a ser uma empresa eminentemente agrária, fazendo das cidades algo acessório à produção. Tornou-se mais importante ocupar o território e fazer da colônia um empreendimento lucrativo, da qual a cidade seria mero apêndice administrativo. Portanto, os próprios empreendimentos colonizadores das Américas espanhola e portuguesa foram distintos em uma e em outra, basicamente porque foi distinta a proeminência ou do campo ou da cidade: “as primeiras eram centralizadas nas cidades e as áreas rurais se tornaram extensões das áreas urbanas: as áreas rurais tiveram empresas agrárias porque as cidades delas necessitavam”, enquanto na segunda a vida social esteve centralizada

“nas grandes plantações e fazendas, de que as cidades constituíam apenas um prolongamento; as cidades se desenvolviam como consequência do desenvolvimento agrícola, e porque os estabelecimentos agropecuários delas necessitavam como centros administrativos e comerciais” (QUEIROZ, 1978, p. 4)

As análises de Maria Isaura não a conduzem, entretanto, a uma visão determinista entre passado e presente. Ao salientar, por exemplo, que a sociedade global brasileira vem se modificando desde o século XIX, alterando a própria relação entre campo e cidade, tornando-se por isso mais “urbanizada”, a autora revela o caráter contingente desse processo, haja vista que “a transformação ainda está em curso e muito atrasada, quando

os comparamos com os países desenvolvidos”. No Brasil, ainda segundo a autora, a industrialização se fez sem ser precedida por uma revolução agrária, dando ao processo de urbanização da sociedade um caráter caótico e problemático, posto que “as cidades não se transformaram [...] em sua maioria; persistem como centros de organização do meio rural e não possuem vida própria. Seu crescimento é um ‘inchar’ de favelas e mocambos” (QUEIROZ, 1969, p. 15).

Esse diagnóstico da formação social brasileira, realizado a partir das considerações acerca da especificidade histórica do rural no contexto latino-americano e em relação aos países desenvolvidos, é, para Maria Isaura, de suma importância para a própria caracterização e avaliação da efetividade da prática da sociologia rural. Ressalta a autora que, enquanto nos países desenvolvidos, com altos índices de urbanização, alguns diagnosticam o enfraquecimento da sociologia rural ou até mesmo vaticinam o seu fim – resultado da perda de nitidez de seu objeto de estudo –, em casos como o do Brasil, isso não parece acontecer. Primeiro porque “as condições fundamentais de vida no meio rural e no meio urbano serão sempre diversas e condicionarão sempre diferentes relações de trabalho, uma vez que determinarão sempre diversa divisão deste” (QUEIROZ, 1969, p. 28). Para Queiroz, o trabalho rural, ao contrário do urbano, está sob o signo da natureza, condicionado as suas intempéries e ritmos. Mesmo quando considera que o emprego de novas tecnologias possa reduzir as diferenças existentes entre o trabalho rural e o urbano, a autora afirma: “porém não nos parece haver realmente razão para considerar que ambos se fundirão num só” (QUEIROZ, 1969, p. 28).

Em segundo lugar, não seria possível antever o fim da sociologia rural porque ela “não pode ser concebida como destacada de uma realidade social concreta” (QUEIROZ, 1969, p. 10). No Brasil, onde a sociedade global tende para o urbano, mas cujas “mudanças existentes não provêm de transformações

internas e profundas dos burgos, e sim da cópia de modelos exteriores à sociedade agrária nacional”, e onde a estrutura de parentela não desapareceu, dende era sua essencialidade negros, e sim da onde para o urbano, mas cujas “cular.re o s tanto a sociologia rural quanto a sociologia urbana, enquanto práticas disciplinares específicas e correlatas, não perdem sua significância. Contudo – esse é um ponto fundamental para Queiroz – cada qual traz uma abordagem igualmente singular dos processos sociais, que se complementam de certa forma uma com a outra. Afinal, a sociologia rural

precisa abandonar seus falsos problemas e admitir um dado fundamental: o campo nunca pôde ser compreendido por si mesmo, pois se ele existe, é porque existe a cidade – e vice-versa. A cidade pertence ao universo do campo, como o campo pertence ao universo da cidade. Quando falamos numa Sociologia Rural diremos que é do ponto de vista do rural que nos colocamos para compreender as relações entre o rural e o urbano; e no ponto de vista urbano quando fizermos Sociologia Urbana. Quando esta regra fundamental é esquecida, chegamos a explicações falsas, ou ficamos girando em círculo diante de questões que parecem insolúveis (QUEIROZ, 1978, p. 309).

Deve-se, portanto, abandonar a ideia de buscar um ponto de vista capaz de açambarcar a totalidade da sociedade estudada, pois ela é múltipla e dinâmica, e, assim sendo, “todo julgamento é concebido como essencialmente relativo” (QUEIROZ, 1972a, p. 62). A “totalidade” de que nos fala Queiroz, da relação entre parte e todo, da unidade empírica e o conjunto social a que se refere, só é possível na análise sociológica, se explicitado o seu ponto de partida. Assim deve ser, pois em cada parte do conjunto social não encontramos senão o “reflexo da totalidade”, o que faz com que só possamos “captar a totalidade embora de modo imperfeito” (QUEIROZ, 1972a, p. 61). Nesse ponto reside justamente a crítica de Queiroz aos “estudos de comunidade”: por um lado, não se trata

8 Queiroz, que foi tradutora para o português de *As regras do método sociológico*, de Émile Durkheim, da Editora Nacional (1960), dedica-se constantemente em sua obra a delimitar com maior precisão os contornos do objeto de investigação, cujo acesso fundamental é o caminho metodológico percorrido. Sobre a importância do método de Durkheim, ver artigo da autora (QUEIROZ, 1995).

9 Segundo os dados do censo de 2004 trabalhados por Kageyama (2008), a pobreza no Brasil é maior na zona rural e no Nordeste. “Em 2004, a população rural representava 17,1% do total, mas 31,5% do total de pobres estavam na área rural. Enquanto na área urbana 29,2% da população podia ser considerada pobre, essa cifra atingia 65,1% na área rural” (KAYAGEMA, 2008, p. 210).

de identificar na “comunidade” as experiências que condensam os movimentos da sociedade mais ampla, tampouco de abdicar da pesquisa empírica, privilegiando somente a elucubração teórica, mas de considerar que até mesmo numa “comunidade” existem diferentes níveis sociais, cabendo ao observador identificar de que forma a “totalidade”, ainda que de modo incompleto, encontra-se nela. Ou seja, recompôr a totalidade de um fenômeno social, identificar a sua estrutura, significa privilegiar certos aspectos julgados decisivos na explicação da dinâmica de uma sociedade – mesmo reconhecendo que cada escolha possa ter rendimentos muito distintos.⁸

Diante dessas formulações torna-se difícil corroborar o argumento de uma sociologia rural que perde seu referencial empírico e, por isso, está condenada à extinção, até porque a prática da disciplina não está descolada do processo histórico que a enseja. Mesmo que não concordemos com os diagnósticos substantivos de Queiroz quanto à formação da sociedade brasileira, a iniciativa de estabelecer uma via analítica que integre também as efetivas possibilidades e condições de uma investigação sobre o “rural”, merece maior atenção. Afinal, sem esse recurso corre-se o risco de apresentar “uma história enganosa da disciplina como verdade autoevidente; o maior obstáculo para qualquer tentativa de ‘resolver as coisas’” (SHANIN, 1976, p. 234).

Talvez seja esse um dos desafios mais tenazes da sociologia rural. No Brasil, em particular, as mudanças recentes ocorridas na forma de integração entre campo e cidade – a exemplo do tão propalado agronegócio e sua proeminência na economia nacional – exigem novo fôlego das análises, o que significa, sobretudo, não descurar das tensões e desigualdades sociais que no Brasil, apesar daquelas mudanças, continuam a se perpetrar principalmente no mundo rural.⁹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)*. São Paulo: Editora Sumaré, Anpocs, 2002, p.183-232.

BASTOS, Elide Rugai et al. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006.

BENVENUTI, B.; GALJART, B.; NEWBY, H. The current status of rural sociology. *Sociologia Ruralis*, Assen, v. XV, n. 1/2, 1975, p. 1-2.

BOTELHO, André. Sequências de uma sociologia política. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, 2007, p. 48-82.

_____. Dominação pessoal e ação na sociologia política brasileira. In: FERRETTI, Sérgio Figueiredo; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). *Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. São Luís: Edufma, 2009, p. 161-181.

BOTELHO, André; CARVALHO, Lucas C. A sociedade em movimento: dimensões da mudança na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. *Revista Estado e Sociedade*, v. 26, n. 2, 2011, p. 209-238.

BRASIL JR., A. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro.

CANDIDO, Antonio. L'état actuel et les problèmes les plus importants des études sur les sociétés rurales du Brésil. *Anais do 31º Congresso Internacional de Americanistas*. São Paulo, 1955.

CARDOSO, Fernando Henrique. A cidade e a política: do compromisso ao inconformismo. In: *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 157-164.

CARVALHO, Lucas C. *Tradição e transição: mundo rústico e mudança social na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em

- Sociologia e Antropologia – PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro. CAZES, P. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, Faperj, 2010, mimeo.
- FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriovaldo (Orgs.). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Nacional, 1972, p.105-120.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*, 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- GARCIA JR., A.; GRYNOSZPAN, Mário. Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler em ciências sociais*. São Paulo: Anpocs, 1999, p. 311-348.
- GURVITCH, G. *Tratado de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- HOELZ VEIGA JR., M. *Homens livres, mundo privado: violência e pessoalização numa sequência sociológica*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro.
- KAGEYAMA, Angela A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- KOSMINSKY, E. V. (Org.). *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo: Unesp; Marília: Fapesp, 1999.
- LAHUERTA, Milton. Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo. In: BOTELHO, André; BASTOS, Elide Rugai; VILLAS BÔAS, Gláucia (Orgs.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008, p.311-356.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj/Ucam, 1999.
- MALAGUTI, P. C. Relatório técnico-científico. Rio de Janeiro,

Pibic – CNPq/UFRJ, 2010, mimeo.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981a.

MARTINS, José de Souza. As coisas no lugar. In: MARTINS, José de Souza (Org.) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981b, p.11-38PULICI, C. *Entre sociólogos: versões conflituosas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *La Guerre Sainte au Brésil: le mouvement messianique du Contestado*. 1956. Tese (Doutorado) – École Pratique des Hautes Études VI Section, Élève, França.

_____. Uma categoria rural esquecida. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 45, p. 93, jan./fev. 1963.

_____. Pesquisas sociológicas sobre o subdesenvolvimento: reflexões metodológicas. *Cadernos Ceru*, n. 5, 1972a, p. 41-75.

_____. Desenvolvimento, no Brasil, das pesquisas empíricas de sociologia: ontem e hoje. *Ciência e Cultura*, v. 24, n. 6, 1972b, p. 511-525.

_____. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978.

_____. Sobre Durkheim e “As regras do método sociológico”. *Ciência e Trópico*, v. 23, n. 1, p. 75-84, 1995.

_____. Introdução: Por que uma sociologia dos grupos rurais?. In: QUEIROZ, Maria Isaura P. de. (Org.). *Sociologia rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 7-32.

SHANIN, T. A world without rural sociology. *Sociologia Ruralis*, v. XVI, n. 4, 1976, p. 233-237.

SIGAUD, L. Para que serve conhecer o campo. In: MICELI, S. (Org.). *Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Idesp, Rio de Janeiro: Editora Sumaré, 1992, p.282-295.

VILLAS BÓAS, G. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. A tradição renovada na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 30-32.

LUCAS CORREIA CARVALHO - Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ, <lucascarvalho@globocom.com>.